

JUCESP  
29 07 22



JUCESP PROTOCOLO  
0.944.718/22-0



C.N.P.J. Nº 71.832.679/0001-23  
NIRE Nº 35300136497

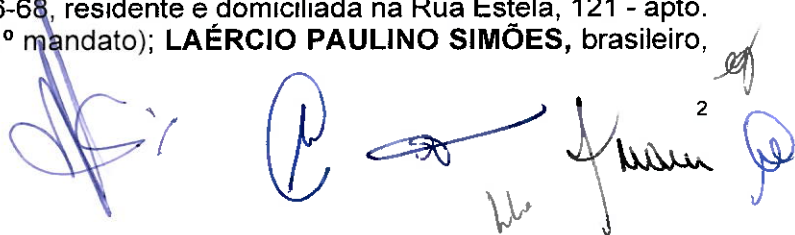
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL  
DE 2022

**I - DATA, HORA, LOCAL:** Assembleia realizada no dia vinte e nove do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às onze horas, na Rua Boa Vista número cento e sessenta e dois, sexto andar, São Paulo, SP. **II - CONVOCAÇÃO:** Assembleias regularmente convocadas por aviso aos acionistas publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo no dia 24 do mês de março de 2022 e editais publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo nos dias 20 (vinte), 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) do mês de abril de 2022. **III - QUÓRUM:** Acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, conforme consta do livro de presença de acionistas. Presentes os acionistas: Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado Cristiane Vieira Batista de Nazaré; a São Paulo Transporte S/A – Sptrans, representada pela Doutora Cintia Regina Clementino da Silva e a União Federal, representada pela Procuradora Marisa Albuquerque Mendes. Estavam presentes, por parte da CPTM, o Senhor Silvani Alves Pereira, Presidente do Conselho de Administração da CPTM, a Senhora Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga e a Senhora Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob, como representantes do Conselho Fiscal da CPTM o Senhor Laércio Paulino Simões e como representante da empresa Mazars Auditores Independentes S/S, a Senhora Lilia Del Giovannino. **IV - MESA:** Presidente e Secretário: Sr(a). Silvani Alves Pereira, representante do Conselho de Administração da CPTM. **V - ORDEM DO DIA: A) Assembleia Geral Ordinária** - 1 - Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e 3 - Eleição dos membros do Conselho de Administração. **B) Assembleia Geral Extraordinária** - 1 - Eleição de membros do Comitê de Auditoria Estatutário; 2 - Alterações do caput do artigo 3º, do parágrafo segundo do artigo 9º e nova redação ao artigo 46 do Estatuto Social, autorizando a respectiva consolidação de seus termos; e 3 - Outros assuntos de interesse da sociedade.” **VI - MANIFESTAÇÕES:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76. O assunto objeto da ordem do dia foi encaminhado ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, tendo aquele Órgão se manifestado por meio do Parecer CODEC nº 032/2022 (Processo Eletrônico SFP-PRC-2022/00088), de cujo teor foi dado conhecimento aos acionistas presentes. **VII - DELIBERAÇÕES: I - Em Assembleia Geral Ordinária** - O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer nº 032/2022, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans, e abstenção da União Federal, em relação ao **Item 01** - que versa acerca do exame e apreciação das demonstrações financeiras do exercício social de 2021. Sobre as demonstrações financeiras, a “Mazars Auditores Independentes S/S” opina em seu relatório, no sentido de que *“exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada ‘Base para opinião com ressalva’, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as*

DUCEP  
29 07 22

(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalva: Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 73 trens e peças sobressalentes adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.985.849.000, líquido da depreciação acumulada de R\$ 197.825.000 (2020 - 72 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.993.943.000 líquido da depreciação acumulada de R\$ 142.269.000). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente o ativo não circulante e o passivo, no patrimônio líquido, na conta de capital social estão subavaliados em R\$ 1.985.849.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R\$ 197.825.000 e o resultado do período subavaliado em R\$ 55.556.000 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 1.993.943.000 e R\$ 142.269.000, respectivamente). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada 'Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras'. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ('CFC') e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva". O prejuízo do exercício de 2021, de R\$ 469.383 mil, deverá ser somado ao saldo de prejuízos acumulados de períodos anteriores resultando em R\$ 9.402.035 mil. Assim, considerando o relatório da auditoria independente e à vista das manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, e da informação do órgão técnico desta Pasta que não apontou nenhuma desconformidade, os acionistas decidiram, por unanimidade, aprovar este item de pauta. Contudo, sem prejuízo da aprovação da matéria constante desse item, é recomendado à administração da Companhia a tomar as providências cabíveis de forma a atender os apontamentos da auditoria independente, procedendo aos ajustes necessários. **Itens 2 e 3** - As matérias constantes nesses itens versam sobre a eleição de membros para compor o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração. Para a eleição de membros para compor o Conselho Fiscal, a **Senhora Procuradora do Estado** acolheu, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A - SPTrans e abstenção da União Federal, a eleição dos indicados para o Conselho Fiscal, conforme segue: **ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI**, brasileiro, casado, administrador público, portador da cédula de identidade RG nº 8.339.861-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 810.647.568-91, residente e domiciliado na Avenida Barão de Monte Mor, 382 - apto. 21, Real Parque, São Paulo/SP e seu respectivo suplente **EDUARDO RUIS**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da cédula de identidade RG nº 19.287.786-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 126.580.638-14, residente e domiciliado na Rua Santa Beatriz, 275, Vila Prudente, São Paulo/SP (ambos em 1º mandato); **VERA HELENA VILLAÇA**, brasileira, divorciada, administradora de empresas e advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 5.933.967-6 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 073.946.698-40, residente e domiciliada na Rua Padre João Manuel, 942, apto. 74, São Paulo/SP (2º mandato - 1ª recondução) e sua respectiva suplente **LEDINÉIA CARDOSO DE ALMEIDA ROCHA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 52.360.429-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 984.406.406-68, residente e domiciliada na Rua Estela, 121 - apto. 24, Vila Mariana, São Paulo/SP (1º mandato); **LAÉRCIO PAULINO SIMÕES**, brasileiro,



DUESP  
29 07 22

(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

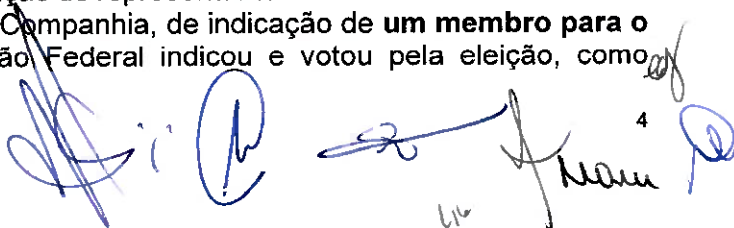
casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 8.350.558-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 822.684.878-49, residente e domiciliado à Rua Paula Ney, 323 - apto. 61, Vila Madalena, São Paulo/SP (2º mandato – 1ª recondução) e sua respectiva suplente **KELLY LOPES LEMES**, brasileira, divorciada, funcionária pública, portadora da cédula de identidade RG nº 27.814.061-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 183.492.648-37, residente e domiciliada na Rua Coronel Evaristo de Campos, 79 - apto.82, Santa Teresinha, São Paulo/SP (1º mandato); e **JOSÉ VALTER DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, casado, servidor público estadual e advogado, portador da cédula de identidade RG nº 23.854.858-2, inscrito no CPF/MF sob nº 134.993.298-16, residente e domiciliado Rua Cancioneiro de Evora, 318 - apto. 74, Santo Amaro, São Paulo/SP e seu respectivo suplente **WILSON SÉRGIO PEDROSO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 20.051.270 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 114.970.578-76, residente e domiciliado na Rua Baturité, 120 - apto. 151, Aclimação, São Paulo/SP (ambos em 1º mandato); cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ofício ATG nº 089/22-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00412 que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). Ainda, nos termos do artigo 25 do estatuto social da Companhia, é garantida a participação de representante do acionista minoritário no Conselho Fiscal, nos termos do artigo 240, da Lei Federal nº 6.404/1976. Assim, **a Senhora Procuradora do Estado não obsta a eleição de 1 (um) membro para compor o Conselho Fiscal e seu respectivo suplente** indicados pela União Federal, acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, devendo a conformidade ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social. Com a aprovação da acionista São Paulo Transporte S/A – SPTrans, a União indicou e votou pela eleição, como titular e suplente, respectivamente, para o Conselho Fiscal, conforme segue: **ROBERTA MOREIRA DA COSTA BERNARDI PEREIRA**, brasileira, casada, servidora pública federal, portadora da cédula de identidade RG nº 02.130.459 SSP/DF, inscrita no CPF/MF nº 554.370.601-49, residente e domiciliada na SQSW 101, Bloco “A”, apto 303, Brasília/DF; **DÊNIS DE QUEIROZ BRAZ**, brasileiro, separado, servidor público, portador da cédula de identidade RG nº 724.284 SSP/DF, inscrito no CPF/MF nº 369.267.871-15, residente e domiciliado na SQSW, 104, Bloco “G”, apto 205, Brasília/DF, cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Os conselheiros fiscais ora eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. Em relação ao Conselho de Administração, as indicações contaram com a competente autorização governamental (ofício ATG nº 089/22-SG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00388, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). Ainda, conforme o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 8º, do estatuto social da empresa, o Diretor-Presidente integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. De conseguinte, **a Senhora Procuradora do Estado acolheu**, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e abstenção da União Federal, **a eleição dos Senhores: PRESIDENTE: SILVANI ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de



WUCCSP  
29 07 22

(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

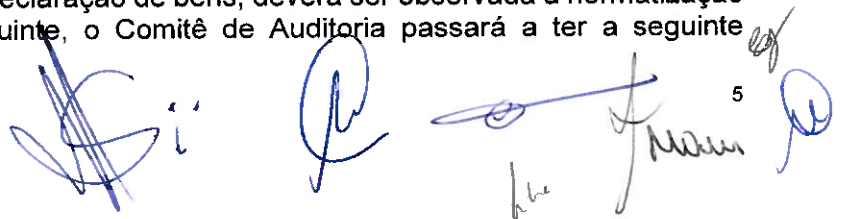
identidade RG nº 936.405 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob nº 233.820.821-87, residente e domiciliado na SQS - apto. 606, QD 109 - bloco C - Asa Sul - Brasília/DF (3º mandato – 2ª recondução). **MEMBROS: PEDRO TEGON MORO**, na qualidade de Diretor Presidente da Empresa, chileno, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 21.448.592-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 144.051.718-58, residente e domiciliado na Rua Xerentes, 66, apto. 54, São Paulo/SP; **ADAILTON FERREIRA TRINDADE**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 809.817 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 317.250.151-53, residente e domiciliado na Rua 24 Norte, Lote 2, Bl. A - apto. 1401, Aguas Claras, Brasília/DF (3º mandato – 2ª recondução); **ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO**, brasileiro, viúvo, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 10.869.084-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 297.058.198-15, residente e domiciliado na Rua Desembargador Ferreira França nº 40, apto. 132 - Bloco A, São Paulo/SP (3º mandato – 2ª recondução); **ANDRÉ LUÍS GROTTI CLEMENTE**, brasileiro, união estável, auditor fiscal, portador da cédula de identidade RG nº 19.313.656-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 261.955.328-86, residente e domiciliado na Alameda Ribeirão Preto, 285 - apto. 61, São Paulo/SP (3º mandato – 2ª recondução); **CARLOS PEDRO JENS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.701.036-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 003.300.198-72, residente e domiciliado na Rua Prof. José Rodrigues Alves Sobrinho, 150 - apto. 22, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP (3º mandato – 2ª recondução); **DANILO FERREIRA GOMES**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.032.018 DGPC/GO, inscrito no CPF/MF nº 004.957.171-00, residente e domiciliado na Alameda Itu, 1400 - apto. 15, Jardim Paulista, São Paulo/SP (3º mandato – 2ª recondução); **BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 205.990 CRE/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 066.814.761-04, residente e domiciliado na SQS 103, bloco D, apto. 604, Brasília/DF (3º mandato – 2ª recondução), como membro independente; **ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT**, brasileira, casada, professora universitária, portadora da cédula de identidade RG nº 13.613.432-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 147.735.128-06, residente e domiciliada na Rua Pedroso Alvarenga, 263 - apto. 171, São Paulo/SP (2º mandato - 1ª recondução), como membro independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria, cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Também a **Senhora Procuradora do Estado não obsta** a participação, no Conselho de Administração, de 1 (um) membro representante dos empregados eleito em conformidade com o Estatuto Social da empresa e com a legislação aplicável, devendo a conformidade ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do mencionado estatuto. **Com aprovação do acionista SPTrans – São Paulo Transportes S/A e abstenção da União Federal**, houve a indicação, a saber: **FABIANO MARCOS SANCHES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 28.101.015-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 137.083.588-48, residente e domiciliado na Rua Martim Afonso de Souza, 25, apto. 43 - bloco A - Vila Pires, Santo André/SP, cuja Declaração de Desimpedimento encontra-se arquivada na sede da Companhia. Da mesma forma, caso exercida, não deverá ser obstada a prerrogativa da União Federal, na condição de representante do acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, de eleição de um membro para o Conselho de Administração, nos termos do artigo 239, da Lei das Sociedades Anônimas, devendo a conformidade ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento nos termos do artigo 29 do estatuto social. Assim, a **Senhora Procuradora do Estado não obsta** a prerrogativa da União Federal, na condição de representante do acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, de indicação de **um membro para o Conselho de Administração**. A União Federal indicou e votou pela eleição, como



2022

(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

membro do Conselho de Administração, **com a aprovação do acionista SPTrans – São Paulo Transportes S/A**, a Senhora **ANDREA MARIA RAMOS LEONEL**, divorciada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 8.471.687-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 104.434.358-39, residente e domiciliada na Rua Verbo Divino, 1061 - torre 1 - apto. 61B, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, cuja Declaração de Desimpedimento encontra-se arquivada na sede da Companhia. Os conselheiros eleitos deverão exercer suas funções nos termos do Estatuto Social da empresa, com um novo mandato unificado até a Assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2023. A investidura nos cargos de Conselheiros de Administração e Fiscal deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Ainda nestes **itens**, é fixada a remuneração dos membros dos órgãos estatutários. Conforme disposto nos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei Federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, do Estatuto Social, a fixação de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal é matéria reservada à Assembleia de Acionistas. Assim também, o parágrafo primeiro, do artigo 41, do Estatuto Social dispõe que a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral. Assim sendo, a Senhora Procuradora do Estado vota, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e abstenção da União Federal, pela fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2018, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 30 de março de 2018, atualizada pela Deliberação CODEC nº 001/2019, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 01 de maio de 2019. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária** - O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer CODEC nº 032/2022. **Item 01** – que trata da eleição de membros do Comitê de Auditoria Estatutário, a **Senhora Procuradora do Estado** acolheu, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e abstenção da União Federal, as indicações para compor o Comitê de Auditoria da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 26 e 27 do Estatuto Social, a eleição das Senhoras: **CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA POLETTI**, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 26.113.345-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 173.331.758-98, residente e domiciliada na Rua Dr. Rafael de Barros, 400 - apto. 33, Paraíso, São Paulo/SP, em substituição a Silvério Crestana; e **ALESSANDRA VALÉRIA TOLENTINO STIEF**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 24.587.554-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 257.136.578-92, residente e domiciliada na Av. Interlagos, 1.900 - apto. 71 B, Jd. Marajoara, São Paulo/SP. As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 089/22-SG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto Estadual nº 62.349/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00313, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Comitê de Auditoria da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). Os membros eleitos exercerão suas funções, sem mandato fixo, nos termos do estatuto social da companhia, e a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições normativas vigentes, o que deve ser verificado no ato da posse pela empresa. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações deste CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. De consequente, o Comitê de Auditoria passará a ter a seguinte



200339  
29 07 22

(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

composição: **ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT** – Coordenadora; **AFONSO ANTONIO HENNEL**; **ALESSANDRA VALÉRIA TOLENTINO STIEF**; e **CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA POLETTI**. **Item 2** - que versa sobre alteração do estatuto social, especificamente, no caput do artigo 3º; parágrafo segundo do artigo 9º; e no artigo 46, a **Senhora Procuradora do Estado aprova**, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e abstenção da União Federal, **as propostas na seguinte conformidade:**

(i) artigo 3º, *caput*, para fazer constar o novo valor do capital social da Companhia, passando de R\$ 17.529.178.480,80 para R\$ 18.269.417.927,22 e correspondentes ações de 584.305.949.360 para 608.980.597.574. Esse aumento decorre de aportes de recursos transferidos financeiramente pelo Tesouro do Estado de São Paulo – acionista majoritário - no montante de R\$ 740.239.446,44 referente ao período de 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021, cujos valores foram confirmados pelo Departamento de Finanças do Estado, por meio do CPEOF – Centro de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, órgão da Secretaria da Fazenda e Planejamento. Desse montante, esclarece a Companhia que será mantido o valor de R\$ 0,02 como “AFACs”, para futuro aproveitamento, em razão da necessidade da divisibilidade por frações de R\$ 0,03 – valor referencial atribuído a cada ação. O artigo 166, inciso II, da Lei das Sociedades Anônimas, estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observado o que dispuser o estatuto social. O artigo 3º do estatuto social expressa que, independentemente de reforma estatutária, poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 21.000.000.000,00, representado por 700.000.000.000 de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal, e nesse sentido foram apresentadas pela Companhia as respectivas manifestações favoráveis. Registre-se que também foi apresentado pela empresa o aviso aos acionistas para o exercício de preferência previsto no artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas. (ii) artigo 9º, parágrafo segundo, que trata de “representante dos empregados” no Conselho de Administração, visando estabelecer que qualquer norma interna, ao dispor sobre requisitos e vedações para o exercício do cargo de conselheiro - representante dos empregados - deverá ater-se estritamente àqueles já previstos em lei; e (iii) artigo 46, que trata do “mecanismo de defesa”, cuja alteração recai na forma e condução da aplicabilidade normativa, especialmente para prever a possibilidade de a Companhia manter contratado escritório permanente ou pré-qualificado para a defesa técnica. Desse modo, os dispositivos mencionados na forma aprovada, passarão a contemplar a seguinte redação: **“ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 18.269.417.927,22 (dezoito bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) dividido em 608.980.597.574 (seiscentas e oito bilhões, novecentas e oitenta milhões, quinhentas e noventa e sete mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal”...** **“ARTIGO 9º ....Parágrafo segundo - O regimento interno do Conselho de Administração, ao dispor sobre o exercício do cargo de representante dos empregados, deverá guardar estrita observância em relação aos requisitos e às vedações do artigo 17, da Lei federal n.º 13.303/2016”...** **“ARTIGO 46 - A empresa assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de sua área jurídica ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. Parágrafo primeiro - A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa. Parágrafo segundo - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência**



29 07 22


(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo terceiro** – Com a proposta da Diretoria Colegiada, aprovada pelo Conselho de Administração, desde que não implique conflito de interesses, fica assegurada a assistência de advogado do quadro profissional da empresa. **Parágrafo quarto** – A empresa poderá, a seu critério, manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo. **Parágrafo quinto** – Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela empresa, ou não houver sido indicado e aprovado, em tempo hábil, o profissional para assumir a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela empresa, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração quanto à sua razoabilidade. **Parágrafo sexto** – A empresa, além de assegurar a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo sétimo** – O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à empresa os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse da empresa. **Parágrafo oitavo** – A empresa poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções.” Ainda neste item, em decorrência da deliberação, a **Senhora Procuradora do Estado aprova, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e a abstenção da União Federal, a consolidação do estatuto social**, nos termos do documento anexo. Finalmente, no **item “2”**, a **Senhora Procuradora do Estado faz registrar que todas as publicações da Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo**, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. Ademais, cumpre ressaltar que **não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação deste CODEC.** VIII - **ENCERRAMENTO**: Esgotada a Ordem do Dia, foi franqueada a palavra aos presentes. Como ninguém mais fez uso dela, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata, achada conforme, aprovada e assinada pelos abaixo arrolados. São Paulo, 29 de abril de 2022.

Acionistas presentes: O Estado de São Paulo  
São Paulo Transporte S.A.  
União Federal

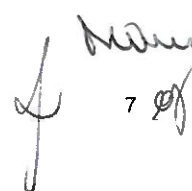
- representado pela Doutora Cristiane Vieira Batista de Nazaré  
- representada pela Doutora Cintia Regina Clementino da Silva  
- representada pela Doutora Marisa Albuquerque Mendes

  
CRISTIANE VIEIRA BATISTA DE NAZARÉ  
(pelo Estado de São Paulo)

  
CINTIA REGINA CLEMENTINO DA SILVA  
(pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans)





  
7

JUCESP  
29 JUL 2022

(continuação da ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária e 61ª Assembleia Geral Extraordinária)

*Marisa A. Mendes*

MARISA ALBUQUERQUE MENDES  
(pela União)

*Silvani Alves Pereira*

SILVANI ALVES PEREIRA  
(pelo Conselho de Administração da CPTM)

*Lilia Del Giovannino*

LILIA DEL GIOVANNINO  
(pela Mazars Auditores Independentes S/S)

*Laércio Paulino Simões*

LAÉRCIO PAULINO SIMÕES  
(pelo Conselho Fiscal da CPTM)

*Carolina Vilela Santoro de Castro*

CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO  
VIANNA JACOB  
(pela CPTM)

*Maria Regina Scurachio Sales*

MARIA REGINA SCURACHIO SALES  
ALVARENGA  
(pela CPTM)

